

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Banestes Seguros S/A, controlada pelo BANESTES S/A. - Banco do Estado do Espírito Santo, é uma sociedade de seguros privados, que opera no ramo vida e nos ramos elementares, principalmente no ramo automóveis. A Sociedade utiliza o espaço físico das agências do Banestes, além de apoio operacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

- As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas disposições da Lei nº 6404/76 - Lei das Sociedades por Ações e legislação complementar, consubstanciadas nas diretrizes e normas gerais de contabilidade para companhias de seguros e apresentadas em conformidade com as disposições do plano de contas para sociedades seguradoras, introduzidas pela Circular SUSEP nº 226 de 07 de fevereiro de 2003.
- As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2002 foram reclassificadas para fins de comparabilidade com o exercício de 2003.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) Títulos de Renda Fixa** – Os títulos foram classificados seguindo a intenção da administração e capacidade financeira em mantê-los até o vencimento ou vendê-los antes dessa data (nota explicativa nº4). Os títulos a serem mantidos até o vencimento são registrados contabilmente pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos. O valor contábil dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda é ajustado ao valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Os ajustes com títulos e valores mobiliários registrados em conta destacada do patrimônio líquido são apropriados ao resultado do período em que ocorrer a venda dos mesmos (Circular SUSEP nº 226/03).
- b) Provisão para riscos de créditos** – É constituída com base na análise dos riscos de realização dos prêmios a receber de apólices de seguros consideradas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.
- c) Prêmios emitidos** - São apropriados ao resultado pelo valor total, quando da emissão da apólice ou fatura, e diferidos mensalmente de forma “pró-rata” pelo prazo de vigência das apólices, através de constituição de provisões técnicas não comprometidas.
- d) Créditos tributários** – A companhia registra créditos tributários pelas alíquotas vigentes, em função de expectativa da sua realização.
- e) Despesas de comercialização diferidas** - Constituídas pela parcela dos custos despendidos na obtenção de contratos de seguro e apropriadas ao resultado em função do prazo decorrido.
- f) Permanente** – Os investimentos em sociedades coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. A participação societária no IRB está apresentada pelo valor de custo. O imobilizado e os imóveis destinados à renda estão demonstrados ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, sendo reavaliado em setembro de 1998 e depreciado pelo método linear, às seguintes taxas anuais: 4% para edificações; 10% para móveis e utensílios; e 20% para veículos e equipamentos de processamento de dados. O diferido é representado por despesas que beneficiarão mais de um exercício e é amortizado em até 5 anos.
- g) Provisões técnicas**
- As provisões de prêmios não ganhos (PPNG) são calculadas em conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução 89/02 do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e é constituída para apurar a parcela de prêmios não ganhos relativa ao período de cobertura do risco, por meio de cálculos individuais por apólice, endosso ou fatura representativos de todos os contratos de seguro em vigor no mês de sua constituição. A PPNG está sendo complementada pela Provisão de Riscos Vigentes mas não Emitidos (PRVNE) a partir de janeiro/ 2003. A PRVNE é registrada em conta de compensação.
 - A provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) é feita com base na Resolução CNSP nº 89/02 através de Nota Técnica Atuarial fundamentada em método prospectivo que verifique a suficiência ou insuficiência do saldo da PPNG para a cobertura dos sinistros, mais despesas administrativas a ocorrer, referentes aos riscos vigentes na data-base de cálculo.

- A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) representa os sinistros relativos aos eventos ocorridos e devidamente avisados à Companhia pelos segurados, até a data do balanço, são demonstrados com base na estimativa das indenizações, líquidas das responsabilidades por resseguros e cosseguros cedidos (Resolução CNSP nº 89/02).
- A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) foi contabilizada em atendimento à Resolução CNSP nº 89/02, com base em cálculos atuariais que levaram em conta a experiência histórica e metodologia aprovada pela SUSEP em Nota Técnica Atuarial específica.
- A Companhia também provisiona sinistros ocorridos e não avisados para o DPVAT, com base no informe da FENASEG.

h) Depósitos de Terceiros – Compreendem os prêmios recebidos a baixar.

i) Resultado das operações - Apurado pelo regime de competência e considera:

- A apropriação dos prêmios de seguros e comissões ao resultado, deduzidos dos cancelamentos, restituições e cessões em cosseguros e resseguros, é efetuada de acordo com o prazo de vigência das apólices.
- Os juros cobrados em virtude do parcelamento de prêmios de seguros estão diferidos para apropriação no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros.
- O resultado de retrocessões decorrentes de prêmios, comissões, indenizações, provisões técnicas, outras receitas e despesas, é apropriado mensalmente com base nos valores informados pelo IRB - Brasil Resseguros S.A.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A carteira de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2003 está assim demonstrada:

Títulos disponíveis para venda:	Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajustes Negativos
CDB'S	2004	1.096	1.096	
CDB'S	2005	9.666	9.666	
CDB'S	2006	1.270	1.270	
CDB'S	2007	881	881	
RDB'S	2004	2.617	2.617	
Letras Financeiras				
Tesouro - LFT	2004	3.494	3.493	(1)
Letras Financeiras				
Tesouro - LFT	2005	3.426	3.416	(10)
Fundos de Investimentos	3.442	3.442		
Títulos mantidos até o vencimento:				
Letras Financeiras				
Tesouro - LFT'B	2004	20.104	20.104	
Letras Financeiras				
Tesouro - LFT'B	2005	1.921	1.921	
Total		47.917	47.906	(11)

A carteira de títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2002 estava assim demonstrada:

Títulos disponíveis para venda:	Vencimento	Valor de Custo	Valor de Mercado	Ajustes Positivos
CDB'S	2003	10.945	10.945	
CDB'S	2004	1.089	1.089	
RDB'S	2003	1.444	1.444	
RDB'S	2004	2.124	2.124	
CDB'S	2003	161	161	
Letras Hipotecárias	2004	1.191	1.191	
Letras Financeiras				
Tesouro - LFT	2003	4.791	4.809	18
Fundos de Investimentos	694	694		

Títulos mantidos até o vencimento:

Letras Financeiras Tesouro - LFT'B	2003	540	540	
Letras Financeiras Tesouro - LFT'B	2004	16.539	16.539	
Letras Financeiras Tesouro - LFT'B	2005	1.616	1.616	
Total		41.134	41.152	18

5. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	COLIGADAS			
	Banestes Leasing S/A Arrendamento Mercantil	Banestes Administradora de Cartões de Crédito e Serviços Ltda	Outras	Total
2003				
Capital realizado líquido atualizado - R\$ Mil	11.750	1.122		
Patrimônio líquido em 31/12/03 - R\$ Mil	16.422	2.623		
Quantidades de ações/quotas possuídas ordinárias:				
Ordinárias (Mil)	16.822			
Quotas (Mil)	479			
Percentual de participação	35,136690%	49%		
Resultado de equivalência patrimonial - R\$ Mil	650	652		1.302
Valor contábil do investimento - R\$ Mil	5.770	1.285	374	7.429
2002				
Resultado da equivalência patrimonial - R\$ Mil	484	(460)		24
Valor contábil do investimento - R\$ Mil	5.120	562	374	6.056

6. CAPITAL SOCIAL REALIZADO, DIVIDENDO MÍNIMO E RESERVAS

- O Capital social realizado, representado por 13.539.121.552 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, passou para 14.428.886.128 ações a partir da AGE de 07/10/2003, estando o processo de aumento de capital em fase de aprovação pela SUSEP, sendo o BANESTES S/A - Banco do Estado do Espírito Santo, detentor de 96,95174% das ações.
- Fica assegurado aos acionistas da Sociedade dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a lei nº 6.404/76. Conforme deliberado na AGE de 29/10/2003, a Sociedade em 29/12/2003 pagou dividendos aos acionistas no valor de R\$ 3.500 mil da conta de Lucros Acumulados das Demonstrações Contábeis, relativas à data-base de 31/12/2002.
- A reserva estatutária foi constituída com base no lucro líquido do exercício, após a apropriação para reserva legal e dividendos, até o limite de 50% do capital social, e tem como destinação final aumento do capital social.

7. DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DO DIVIDENDO MÍNIMO E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

a) Dividendos

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Lucro líquido do exercício	5.971	3.869
Reserva legal	(296)	(193)
Realização de reserva de reavaliação	6	2
Base de cálculo do dividendo – lei nº 6.404/76.....	5.681	3.678
Dividendo mínimo legal (25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado)	1.420	919
Juros sobre o capital próprio	3.259	2.490

Os juros sobre o capital próprio, abaixo demonstrados, estão atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório, conforme permitido pela legislação em vigor.

b) Juros sobre o Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio foram calculados nos termos da Lei 9.249/95, sendo registrados para fins fiscais em despesas financeiras e posteriormente revertidos para patrimônio líquido, de acordo com a Deliberação CVM nº. 207/96, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Patrimônio líquido.....	30.187	27.034
(-) Reserva especial Lei 8.200	(1.668)	(1.668)
(-) Reserva de reavaliação	(128)	(130)
Base de Cálculo	28.391	25.236
Taxa de juros de longo prazo do período (TJLP)	11,48%	9,8669%
Juros sobre capital próprio	3.259	2.490
Juros sobre capital próprio proposto	3.259	2.490
Imposto de renda retido na fonte	(489)	(374)
Juros sobre capital próprio a pagar	2.770	2.116

8. TRANSAÇÕES COM A CONTROLADORA

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Aplicações financeiras e depósitos	5.952	6.472
Contas a pagar – gestão financeira	3.157	2.479
Receitas financeiras e de aluguel	1.922	1.542
Despesas com utilização de espaços físicos de agências	2.817	2.545

9. MOVIMENTAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS E DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS		
Saldo no início do exercício (PPNG e PIP)	15.850	16.031
Adições decorrentes de emissão de apólices	62.852	56.337
Prêmios ganhos	(59.370)	(56.517)
Outras movimentações	30	(1)
Saldo no final do exercício (PPNG e PIP)	19.362	15.850
PROVISÕES TÉCNICAS DE SINISTROS		
Saldo no início do exercício (PSL e IBNR)	15.013	13.484
Sinistros avisados e IBNR	40.257	39.193
Sinistros pagos	(38.065)	(37.664)
Saldo no final do exercício (PSL e IBNR)	17.205	15.013
DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDAS		
Saldo no início do exercício	3.078	2.954
Despesas sobre apólices emitidas	11.272	10.932
Despesas incorridas	(10.926)	(10.808)
Saldo no final do exercício	3.424	3.078

10. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	<u>2003</u>	<u>2002</u>
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS	(4.840)	(4.106)
Outras Receitas Operacionais	3.065	4.122
Custo de apólice	2.836	2.554
Outras receitas não operacionais	229	1.568
Outras despesas operacionais	(7.905)	(8.228)
Utilização de espaços físicos de agências	(2.817)	(2.545)
Plantão 24 horas – Cobertura ao segurado	(1.747)	(1.761)
Inspeção de riscos	(1.841)	(1.701)
Cobrança	(377)	(309)
Convênio DPVAT-Fenaseg	(493)	(1.215)
Outras despesas operacionais	(630)	(697)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(10.368)	(9.351)
Despesas com pessoal próprio	(5.999)	(6.282)
Despesas com serviços de terceiros	(1.237)	(1.116)
Despesas com localização e funcionamento	(1.707)	(1.600)
Convênio DPVAT-Fenaseg	(1.099)	
Outras despesas administrativas	(326)	(353)
DESPESAS COM TRIBUTOS	(1.913)	(1.301)
Cofins	(1.411)	(912)
Pis	(276)	(198)
Outros tributos	(226)	(191)
RESULTADO FINANCEIRO	10.548	8.157
Receitas financeiras	11.982	9.066
Receitas com títulos de renda fixa – privado	4.131	3.154
Receitas com títulos de renda fixa – públicos	5.589	3.981
Receitas com operações de seguros	1.383	1.464
Outras receitas financeiras	879	467
Despesas financeiras	(1.434)	(909)
Despesas com operações de seguros	(467)	(314)
Despesas financeiras com tributos	(941)	(457)
Outras despesas financeiras	(26)	(138)

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>2003</u>		<u>2002</u>	
	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>	<u>Imposto de Renda</u>	<u>Contribuição Social</u>
Resultado antes da tributação e participações	6.712	6.712	4.529	4.529
Participações estatutárias no lucro	(77)	(77)		
(-) Juros sobre o capital próprio distribuídos	(3.259)	(3.259)	(2.490)	(2.490)
Base de cálculo	3.376	3.376	2.039	2.039
Adições/(exclusões) de caráter permanente	(1.287)	(1.317)	39	(63)
Adições/(exclusões) de caráter temporário	25	25	(39)	(39)
Lucro tributável	2.114	2.084	2.039	1.937
Alíquota normal (15% e 9% respectivamente)	317	188	306	174
Adicional de Imposto de Renda (10%)	187		180	
Valores devidos	504	188	486	174
Outros valores	(27)	(1)	(3)	3
Valores registrados em despesa	477	187	483	177

12. PASSIVOS CONTINGENTES

a) PLANO VERÃO

A Sociedade obteve sentença favorável em 1ª Instância proferida em 18 de agosto de 1997 da Ação Ordinária Tributária, para o reconhecimento dos efeitos do Plano Verão na determinação do lucro real. Tal reconhecimento, efetuado até o exercício de 2001, produziu efeitos positivos no patrimônio líquido no valor histórico de aproximadamente R\$ 2.100 mil.

b) AÇÃO JUDICIAL DO PIS

Com fundamento em sentença favorável em 1ª Instância, proferida em maio de 1998, em ação judicial onde foi questionado o critério de apuração da base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS), a Sociedade compensou o respectivo tributo em 2002, relativamente ao período de janeiro de 1989 a janeiro de 1995. Os valores do principal, atualizados monetariamente até a data destas demonstrações contábeis, totalizaram R\$ 1.850 mil e foram mantidos em conta de provisão para contingências fiscais no passivo exigível a longo prazo, em contrapartida ao crédito tributário de igual valor registrado no ativo realizável a longo prazo. Até a data do encerramento destas demonstrações contábeis não havia decisão judicial final sobre estas ações.

13. SEGUROS - ATIVOS PRÓPRIOS

Os contratos de seguros vigentes em 31 de dezembro de 2003 e 2002 cobrem riscos de incêndio no valor de R\$ 6.913 mil (R\$ 6.338 mil) e veículos com cobertura total de R\$ 323 mil (R\$ 382 mil).

14. BENS E VALORES DADOS EM GARANTIA

A seguradora mantinha os seguintes bens e valores vinculados à SUSEP, para cobertura de provisões técnicas:

	2003	2002
Certificados de depósito bancário	9.667	10.945
Títulos da dívida pública	28.922	22.264
Depósitos judiciais de sinistros	569	403
Provisões retidas pelo IRB	29	33
Direitos creditórios	4.801	4.366
Total	43.988	38.011

15. RAMOS DE ATUAÇÃO

Os principais ramos de atuação da Seguradora são:

RAMOS	2003			2002		
	Prêmios Ganhos R\$ Mil	Comissio- namento %	Sinistra- lidade %	Prêmios Ganhos R\$ Mil	Comissio- namento %	Sinistra- lidade %
Incêndio	451	34,37	28,60	891	29,85	29,97
Automóvel	30.357	19,15	82,11	30.507	18,74	80,36
Acidentes						
Pessoais	2.712	40,34	12,87	3.305	34,34	12,56
Vida em Grupo	18.635	21,62	36,65	16.161	23,43	36,16
DPVAT	6.509		74,24	5.413		74,75
Outros	676			240		
Total	59.340			56.517		

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Sociedade realizará Assembléia Geral Extraordinária no primeiro semestre de 2004 para deliberar sobre a reavaliação da totalidade de seus imóveis, em atendimento à carta SUSEP/DECON/GERAT/DIREM/Nº 714/2003 e § 3º do artigo 24 da Circular SUSEP nº 122/00.

Vitória (ES), 31 de dezembro de 2003

Marcos Venicio Moreira Andrade
Diretor Presidente

Paulo Cezar Juffo
Diretor de Adm. e Finanças

João Derly G. Barbarioli
Contador – CRC – ES 2.640

Elmar Bressanelli
Diretor de Operações

Severino Garcia Ramos
Atuário – Miba nº 357